



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO nº 17 /2018.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Nobres Vereadores:**

Ementa: “Moção de Apelo” ao Congresso Nacional pela não aprovação da privatização da Eletrobrás.

O Vereador **José Henrique Conti** requer, nos termos regimentais, apreciação e aprovação do nobre Plenário da presente “Moção de Apelo” à Câmara dos Deputados pela não aprovação do Projeto de Lei 9.463/2018, que “dispõe sobre desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973.

Foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei 9.463/2018, que “dispõe sobre desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás”. O Projeto encontra-se na Comissão Especial destinada a proferir parecer desde o dia 06 de fevereiro de 2018.

A Eletrobrás é um patrimônio público vital para o país, pois é capaz de produzir energia para todo um país continental, como é o Brasil. Diversas regiões do país dependem da energia produzida pelas hidrelétricas, mesmo que distantes. Hoje, o governo atua no sentido de sucatear a empresa o quanto pode.

Importante aqui ressaltar que na década de Noventa, Fernando Henrique Cardoso privatizou a Vale do Rio Doce, todas as empresas de telecomunicações, toda a siderurgia e ainda 26 empresas do setor elétrico, incluídas aí as usinas de geração da Eletrosul que pertencem hoje à Tractebel. O Estado entregou seu patrimônio e mesmo assim a dívida líquida do setor público subiu de 32% do PIB em 1994 para 56% do PIB em 2002.

Trabalhadores esperam mais transparência e medidas sustentáveis que fortaleçam o Sistema Eletrobrás, além de respeito às empresas. É



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

sabido que o processo de retirada do papel estratégico do estado no setor elétrico constitui uma ameaça para a segurança energética do Brasil.

Engana-se aquele que pensa que a privatização guarda relação com o pagamento ou com a redução da dívida pública. É mais uma situação de entrega de patrimônio público a preço de banana.

Além disso, a privatização da Eletrobrás representará a perda de controle sobre a energia elétrica do país, que ficará nas mãos de gestores privados, em grande parte estrangeiros, que terão controle não somente sobre a energia elétrica mas também sobre a vazão de rios, o que envolve a gestão dos múltiplos usos das águas, como irrigação e navegação.

Portanto, conclui-se que, essas medidas, produzem resultados opostos ao esperado do ponto de vista econômico e, com certeza abrem margem para aumento de tarifas, bem como, possibilitam até mesmo aumento de gastos públicos a depender do modelo de concessão.

Ante o exposto, pela importância que esta proposta representa, solicito a aprovação pelo plenário da presente **MOÇÃO DE APELO** e, que do deliberado seja enviado Ofício ao **Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados**, com cópia à **todas as lideranças dos partidos da Câmara dos Deputados**.

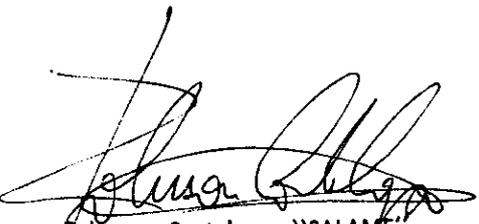
Valinhos, 26 de Fevereiro de 2018.

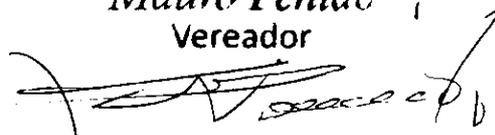
**ALÉCIO CAU**  
Vereador - PDT  
Câmara: 3829-5355

  
**Dr. José Henrique Conti**  
Vereador - PV

  
**Mauro Penido**  
Vereador

  
**KIKO BELONI**  
Vereador  
PSB

  
**Roberson Costalonga "SALAME"**  
Vereador - PMDB  
(19) 3829-5350

  
**Edson Secatim**  
Vereador - PP